

A escola e o limite do quarteirão

O ensino público de primeiro e segundo grau em São Paulo há muito tempo conhece carências que começam pelas dotações orçamentárias insuficientes, passam por uma clientela que vive em um quadro de deficiências formativas e alimentares muito amplas, e chega a um corpo docente vitimado, em sua maioria, por formação intelectual e profissional deficiente. Há pelo menos duas décadas que a escola pública do Estado — o mais rico da Federação — não consegue compatibilizar as exigências de crescimento quantitativo com as de manutenção da qualidade do ensino oferecido. Quando a esta crise da escola pública se somou a irresponsabilidade de governantes, que reduziram as parcelas orçamentárias destinadas à Educação, o resultado não podia ter sido outro a não ser uma greve de 79 dias em um semestre que, oficialmente, deveria ter cem dias letivos.

Como seqüela desta greve defenestrhou-se o secretário para que o substituto, professor Wagner Rossi, apresentasse todas as suas vinculações acadêmicas ultraprogressistas como aval para que se construisse a

impressão de que "agora" a gestão Orestes Quérzia tem o seu projeto para a educação pública dos paulistas. A municipalização do ensino passou a ser a revolução que a era Quérzia, pelas mãos do radical educador Rossi, irá empreender em nosso ensino público. Se do anúncio da revolução educacional deste governo retirarmos os seus aspectos publicitários, sobrarão dois riscos para a educação: o orçamentário e o pedagógico. A conjugação dos perigos poderá contribuir para apressar a agonia do ensino público do Estado de São Paulo.

Do ponto de vista orçamentário, pouco foi esclarecido no processo de municipalização das seis mil escolas estaduais. A maior preocupação dos prefeitos consultados refere-se aos termos do convênio para que cada município receba o repasse das verbas estaduais para a gestão das escolas.

Se o repasse das verbas preocupa, as perspectivas pedagógicas do processo de municipalização assustam. A pretendida revolução educacional do sr. Rossi apresenta-se envolvida em forte embalagem ideológi-

ca. Ao colocar o problema da perspectiva ideológica, tinha-se e tem-se a intenção de retirá-lo do campo em que a idéia deve ser debatida: o pedagógico, o da concepção filosófica que deveria sustentá-lo. Pelo que se sabe, os municípios que assinarem o convênio com o Estado criarão um Conselho de Educação, órgão deliberativo máximo, formado por integrantes do magistério, representantes da população e pessoas indicadas pela prefeitura. Qual a tarefa desses conselhos? Definir os objetivos educacionais que terão vigência exclusiva na jurisdição do município? Onde ficará, então, o caráter normativo das decisões do Conselho Federal de Educação? Que destino se deve dar à Lei nº 4.024/61, que define diretrizes e bases da Educação brasileira, caso se coloque em prática, efetivamente, a municipalização quercista do ensino de São Paulo?

É preciso, ademais, ter em mente a lição de que a Educação é um processo social geral em que se completam ou se enfrentam três educações: a transmitida pelos pais, a que vem dos mestres e a "do mundo"; e que o

objetivo da cooperação entre escola e pais é reduzir as tensões desta associação, que nunca foi desprovida de conflitos. Que provas existem de que a proximidade da escola com a comunidade será maior só porque o terceiro fator, "o mundo", está limitado ao âmbito municipal? A primeira função da escola é fazer que o educando descubra o seu processo cultural, integrando-se nele e percebendo a necessidade constante da evolução. Esse encontro com a cultura pode ser facilitado, se reduzirmos a visão espacial do mundo ao quarteirão em que o aluno nasceu?

O que esta intenção municipalizadora significa? Quando o mundo todo entra na *terceira onda*, quando a tecnologia acaba com as fronteiras, é esta perspectiva educacional que se pretende para o Estado mais rico da Federação brasileira? É com esta perspectiva que se criarão democráticas oportunidades iguais para o campo e a cidade? Ou, simplesmente se estarão *municipalizando*, e para sempre, as possibilidades de evolução social dos que nasceram longe demais dos melhores centros educacionais?